

Comentários ao documento Zero

24 fevereiro 2012.- A importancia da pesca artesanal a camino da Río+20

INTRODUÇÃO: Nós, as organizações assinantes que trabalhamos com pescadores e pescadoras artesanais e suas comunidades, temos consciência que o futuro da humanidade depende da conservação dos ambientes aquáticos e que o uso sustentável dos recursos marinhos depende em grande parte do manejo e cuidado dos pescadores e pescadoras artesanais e de pequena escala. Neste sentido, uma das principais deficiências identificada no documento ZERO, elaborado no processo de Rio+20, e sua consideração sobre os oceanos e mares, é a falta de reconhecimento da relação que existe entre as comunidades pesqueiras artesanais e sua dependência destes recursos para sua existência e segurança alimentar e da necessidade de reconhecer o papel atual e potencial que os pescadores tem para a conservação dos recursos marinhos e seu uso sustentável. Mas, ainda resta tempo para corrigir as deficiências durante as negociações informais e formais, assim como na reunião do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável convocada para o início do mês de março. Desde já agradecemos a consideração dos nossos pontos de vista, e pedimos que sejam avaliados e considerados na revisão do documento ZERO. Da nossa perspectiva, vemos duas omissões graves no documento zero. Não só desconhece a contribuição significativa que fazem os pescadores artesanais para o desenvolvimento sustentável, e também não reconhece a seriedade da crise ambiental e seu impacto nas pescarias, causado pelo desenvolvimento insustentável e práticas de pesca destrutivas, que além dos pescadores afetam desproporcionalmente as mulheres, aumentando a sua carga de trabalho e insegurança alimentar. Estes temas devem ser corrigidos e saneados.

ANTECEDENTES: Mas de 100 milhões de pessoas estão diretamente relacionadas, em tempo completo ou parcial com atividades pesqueiras, destes mais de 50% são mulheres. Embora os números reais podem alcançar 200 milhões de pescadores e pescadoras, já que as estatísticas subestimam o número de pessoas envolvidas no setor artesanal, sobretudo referente as mulheres que não recebem remuneração, e por isso não são reconhecidas nem incluídas nas estatísticas. 90% das pessoas que dependem da pesca para manter sua forma de vida são do setor artesanal e 90% vivem em países em desenvolvimento e emergentes. O setor de pesca artesanal fornece 50% do pescado para consumo humano. A pesca artesanal e sua cadeia produtiva são de pequena escala, a nível local, de forma diversificada, com baixo impacto, com eficiência energética e intensivo em mão de obra. Embora existem exceções importantes, as capturas são de baixo volume, mas com alto valor nutricional, econômico e social, sendo destinado para o consumo humano em mercados locais, regionais ou internacionais e apoiam formas de vida e atividades socioeconômicas a nível local. Políticas inadequadas e enfoques de gestão pesqueira inadequadas, vem abordando o desenvolvimento para produção e maximização do lucro do setor pesqueiro, a custo das dimensões sociais e ambientais. Conseqüentemente, os recursos pesqueiros foram sobre-explorados e impactados de forma significativa por práticas intensivas e destrutivas, por enquanto as condições sociais e econômicas nas comunidade que dependem das pescarias continuam em situação de vulnerabilidade pela pobreza e a falta de garantia dos seus direitos humanos. Este enfoque de curto prazo onde a modernização é considerada essencial para melhorar o desempenho econômico, prejudicou a criação de pescarias sustentáveis e equitativas.

O documento ZERO deve corrigir esta situação como parte integral da promoção da economia verde.

PROPOSTA: Solicitamos aos delegados de incluir referências específicas sobre a pesca artesanal no documento ZERO e a necessidade de defender e fortalecer as suas cadeias produtivas reconhecendo a enorme contribuição da pesca artesanal ao desenvolvimento local, a segurança e soberania alimentar, assim como a preservação dos ecossistemas marinhos, como foi enfatizado na Declaração de Mônaco de Novembro 2011. A nossa proposta é consistente com o parágrafo 22 do documento ZERO onde os Estados se “comprometem de melhorar a governança e a capacidade em todos os níveis; globais, regionais, nacionais e locais para promover os processos de tomada de decisões integrados para preencher os vácuos de implementação e promover a coerência entre as instituições”; e também com o parágrafo 78 onde “cita a importância da conservação, do manejo sustentável e da partilha equitativa dos recursos marinhos e aquáticos”. Exigimos que sejam garantidos os direitos econômicos, sociais e culturais das comunidades que dependem das pescarias, incluindo os direitos dos pescadores e pescadoras artesanais nos processos de tomada de decisões que os afetam e que tratam do acesso das comunidades de pesca e aquicultores aos recursos naturais, à terra, à alimentação e ao trabalho, assim como o apoio para o processamento e marketing de seus produtos, como uma forma de garantir a distribuição equitativa dos benefícios derivados dos recursos aquáticos e do uso da terra. Neste sentido, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de 2012 deve apoiar o desenvolvimento e a implementação das diretrizes internacionais para assegurar o futuro da pesca de pequena escala. Ações afirmativas são necessárias para assegurar que as comunidades costeiras e terrestres que dependem da pesca de pequena escala e artesanal, participem de forma equitativa nos processos de tomada de decisões que afetam a sua existência, dando prioridade na concessão dos direitos de acesso. São preciso medidas e ações para defender os direitos legítimos dos pescadores e pescadoras de contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INDNR/IUU) e contra a apropriação de terrenos costeiros por especuladores imobiliários, negócios turísticos, aquicultura industrial e outras atividades destrutivas, que prejudicam o direito a terra das comunidades costeiras e ribeirinhas. Finalmente fica o nosso apelo para que os Estados criem espaços que permitam a participação de representantes das comunidades pesqueiras artesanais como um dos “grupos maiores” na reunião do Rio de Janeiro que marca o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

ORGANIZAÇÕES ASSINANTES:

Fundación Lonxanet (FLPS)

Contacto: Antonio Garcia Allut

Presentación Río+20:

<http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=510&nr=509&menu=20>

International Collective in Support of Fishworkers (ICSF)

Contacto: Chandrika Sharma, icsf@icsf.net

Presentación Río+20:

<http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=510&nr=571&menu=20>

CoopeSolidar R.L.

Contacto: Vivienne Solis, vsolis@coopesolidar.org

Presentación Río+20:

<http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=510&nr=199&menu=20>

RECOPADES

Contacto: Jose Luis Ascorti, joseluisascorti@yahoo.com.ar

Sin presentación. www.recopades.org

Instituto Terramar

Contacto: René Schärer, fishnet@uol.com.br

Presentación en Mónaco

<http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/Food%20Security%20Social%20Aspects%20of%20Sustainable%20Fisheries%20%28R.Scharer%29.pdf>